

**RtPaut no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.694 - RS
(2018/0189941-5)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
REQUERENTE : MBM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
ADVOGADOS : MARCONNI CHIANCA TOSCANO DA FRANCA - DF020772
FABRÍCIO BARCE CHRISTOFOLI - RS067502
REQUERIDO : VERONICA CRUZ GOMES
ADVOGADO : SAMUEL FERNANDES DA SILVA JÚNIOR E OUTRO(S) -
RS094387

DECISÃO

Por meio da petição de e-STJ fls. 464/647, a requerente manifesta sua oposição ao julgamento virtual do seu agravo interno, requerendo a inclusão do recurso na pauta presencial.

O art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, determina que *"as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159"*.

A irresignação da requerente, contudo, não contém fundamentação apta a ensejar o acolhimento do pedido deduzido. O agravo interno constitui espécie recursal expressamente autorizada pelo Regimento Interno (art. 184-A, parágrafo único, II) a ser incluída nesta modalidade de julgamento, sobretudo porque não admite a realização de sustentação oral na sessão presencial (art. 159 do RISTJ).

Forte nessas razões, INDEFIRO o pedido de retirada do AgInt no AREsp 1.336.694 - RS da pauta virtual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora